

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - DEC
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO

ALINE LORENA GONÇALVES DE MENDONÇA

**A APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL:** conhecendo a cultura etnicorracial na Escola Municipal de Ensino
Fundamental I Dulcinete Nunes de Medeiros da cidade de Pedras de Fogo-PB

JOÃO PESSOA - PB

2018

ALINE LORENA GONÇALVES DE MENDONÇA

A APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO

FUNDAMENTAL: conhecendo a cultura etnicorracial na Escola Municipal de Ensino Fundamental I Dulcinete Nunes de Medeiros da cidade de Pedras de Fogo-PB

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Curso de Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo, junto ao Departamento de Educação do Campo (DEC), do Centro de Educação da UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de pedagoga.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira

JOÃO PESSOA - PB

2018

Catálogo da publicação na fonte - UFPB

M271a Mendonça, Aline Lorena Gonçalves de.
A aplicação da Lei N° 10.639/2003 nos anos iniciais do Ensino Fundamental: conhecendo a cultura etnicorracial na Escola Municipal de Ensino Fundamental I Dulcinete Nunes de Medeiros da cidade de Pedras de Fogo PB. – João Pessoa: [s.n.], 2018. 50 f. : il.–

Orientadora: Ana Paula Romão de Souza Ferreira.
Monografia (Graduação) – UFPB/CE.
1. Educação do campo. 2. Implementação da Lei 10.639/03. 3. Educação afro-brasileira. I. Ferreira, Ana Paula Romão de Souza. II. Título.

CDU: 37(043.2)

ALINE LORENA GONÇALVES DE MENDONÇA

**A APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL:** conhecendo a cultura etnicorracial na Escola Municipal de Ensino
Fundamental I Dulcinete Nunes de Medeiros da cidade de Pedras de Fogo-PB

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso Pedagogia - Área de
Aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da
Paraíba, Campus I, como parte dos requisitos necessários para obtenção do
grau de LICENCIADA EM PEDAGOGIA.

Assinatura do autor: Aline Lorena G. de Mendonça

Banca Examinadora:

Ana Paula Romão De Souza Ferreira

Profa. Dra. Ana Paula Romão De Souza Ferreira

Orientadora - UFPB

Luciéllo M. Costa

Prof. Ms. Luciéllo Marinho da Costa

Examinador - UFPB

Prof. Dr. Fábio Nascimento da Fonsêca

Examinador - UFPB

Dedico a Deus pelo dom da vida, a minha família por sempre está de prontidão para me ajudar nesta caminhada. Dedico à profa. Ana Paula, um anjo enviada por Deus em minha vida, pelo seu apoio e incentivo. Por fim, a todos muito obrigada!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado saúde, por diversas vezes quando pedi socorro ter sentindo a sua sublime presença sobrenatural, me dando força e entendimento para consolidar este trabalho, ainda, agradecida pelos anjos terrestres que ele tem colocado em minha vida.

Agradeço ao corpo docente desta universidade, em especial aos professores do Centro de Educação e agregados, que compartilharam os seus conhecimentos, e sempre nos incentivaram a ter uma visão de mundo diversificada, nos auxiliando na construção do saber científico. Aos meus amigos que a universidade me deu no início de Curso Alexandra, Ana Clara, Ellen, Marcio e Nélia, e no final do curso Ana Claudia, Djulia, Glaucileide e Micaela, obrigada por compartilharem os seus conhecimentos e serem presentes nos bons e maus momentos, onde pude contar sempre com vocês, até em problemas extra universitários. Deus em sua misericórdia tem colocado anjos em minha vida, e neste final de curso ele mandou o anjo mais lindo que ele tem, à profa. Ana Paula Romão, que aceitou me orientar e cada orientação era um incentivo, mesmo com os seus problemas nunca deixou de me dar suporte, muito obrigada. Agradeço também à banca examinadora que aceitaram participar deste momento especial em minha vida.

Agradeço a minha família, meus filhos Flavio Neto, Antonio Neto e Maria Lidia, ao meu esposo companheiro sempre presente Filipe Veiga, aos meus irmãos Ana Maria e Antunes Gonçalves e em especial, meus pais amados Antonio e Maria, pelo incentivo e exemplo que não existe vitória se não lutarmos, ainda agradecendo a minha mãe pelo computador, onde sempre me incentivou a ir à luta e um dito popular que à representa é: "...ensine-o a pescar e você o alimentará por toda a vida".

. Por fim, agradeço a todos da Escola Municipal de Ensino Fundamental I Dulcinete Nunes de Medeiros por participaram prontamente desta pesquisa, aos guerreiros Afro-Brasileiros que nunca desistiram de lutar, e aos que direta ou indiretamente me ajudou nessa caminhada, possibilitando meu amadurecimento pessoal e profissional, muito obrigada.

“É chegada a hora de tirar nossa nação das trevas da injustiça racial”

Zumbi dos Palmares.

RESUMO

Esta pesquisa consiste em analisar a Lei 10.639/2003 na Escola Municipal de Ensino Fundamental I Dulcinete Nunes de Medeiros. A história sobre os povos da África em nosso país precisa ser estudada e refletida, desmistificando este conceito que temos da África, de um continente pobre, marcado pela fome e pela doença. O objetivo principal desse trabalho é analisar como a aplicação da Lei 10.639/03 vem ocorrendo nos anos iniciais Ensino Fundamental, na Escola Municipal de Ensino Fundamental I Dulcinete Nunes de Medeiros. De modo específico: Identificar como vem sendo trabalhado a Lei 10.639/03 na Escola Municipal Dulcinete Nunes de Medeiros; Observar no currículo da Escola se o tema racial vem sendo contemplado; Conhecer estratégias de trabalhar a Lei 10.639/03 no ambiente escolar. A metodologia da pesquisa foi de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfico e estudo de caso e foi realizada por meio de aplicação de questionários, com três professoras e uma coordenadora e análise de dados. A escola é vista como um lugar estruturante de formação de cidadão, desempenhando um papel importante nessa longa jornada que se inicia. E a Lei Federal 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que obriga o ensino de história e cultura africana e afro brasileira nos currículos escolares tem suma importância neste percurso. Essa legislação é uma conquista de vários séculos, em que antes da sua implementação, vários grupos vinham lutando por uma educação digna não só para a população afro-brasileira. Para tanto, através da pesquisa, foi possível notar a importância dos documentos vigentes para a formação de cidadãos, cuja informação busca o reconhecimento e valorização da História e cultura dos descendentes de africanos.

Palavras chave: Educação do Campo; Implementação da Lei 10.639/03; Educação Afro-Brasileira.

ABSTRACT

This research consists of analyzing Law 10.639 / 2003 at the Municipal School of Elementary Education I Dulçinete Nunes de Medeiros. The story about the peoples of Africa in our country needs to be studied and reflected, demystifying this concept that we have of Africa, a poor continent, marked by hunger and disease. The main objective of this work is to analyze how the application of Law 10.639 / 03 has been occurring in the initial years Primary Education, at the Municipal School of Elementary Education I Dulçinete Nunes de Medeiros. Specifically: Identify how Law 10.639 / 03 has been worked at Dulcinete Municipal School Nunes de Medeiros; Observe in the curriculum of the School if the racial theme has been contemplated; Know strategies to work Law 10.639 / 03 in the school environment. The methodology of the research was qualitative, bibliographical and case study, and was carried out through the application of questionnaires, with three teachers and a coordinator and data analysis. The school is seen as a structuring place of citizen training, playing an important role in this long journey that begins. And Federal Law 10.639 of January 9, 2003, which obliges the teaching of African and Afro-Brazilian history and culture in school curricula is extremely important in this course. This legislation is an achievement of several centuries, in which before its implementation, several groups were fighting for a dignified education not only for the Afro-Brazilian population. For this, through the research, it was possible to note the importance of the current documents for the formation of citizens, whose information seeks the recognition and appreciation of the History and culture of the descendants of Africans.

Keywords: Field Education; Implementation of Law 10.639 / 03; Afro-Brazilian Education.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	- ASPECTOS IMPORTANTES DA LEI 10.639/2003	34
QUADRO 2	- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	35
QUADRO 3	- COMO É TRABALHADA QUESTÃO ETNORACIAL.....	36
QUADRO 4	- NA SALA DE AULA, VOCÊ TRABALHA A CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA.....	37
QUADRO 5	- SOBRE 20 DE NOVEMBRO.....	37
QUADRO 6	- SE JÁ PRESENCIOU EXPRESSÕES RACISTAS.....	38

LISTA DE SIGLAS

DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCN	Parâmetro Curriculares Nacionais
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA	19
2.1	CURRÍCULO E CULTURA.....	23
3	O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE AO PRECONCEITO RACIAL.....	26
4	EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	31
5	ANÁLISE DOS DADOS.....	34
5.1	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	34
5.2	A LEI 10.639/2003 E O AMBIENTE ESCOLAR NA VISÃO DOCENTE E DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	35
6	CONCLUSÕES.....	42
	REFERÊNCIAS	42
	APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa consiste em investigar a implementação da Lei 10.639/2003 na Escola Municipal de Ensino Fundamental I Dulcinete Nunes de Medeiros. Partimos do princípio que a história sobre os povos da África em nosso país precisa ser estudada e refletida, desmistificando este conceito que temos da África, de um continente pobre, marcado pela fome, atraso, doença, morte, falta de saneamento básico, a imagem da pessoa negra oprimida, que sempre se submeteu a opressão. E, que, por vezes, ocupando cargos no mercado de trabalho de forma desfavorecida aqui no Brasil.

Estudos anteriores que vinham sendo descritos e estudados no campo escolar, a exemplo, dos que antes da Lei 10.639 relatavam que nas escolas as pessoas negras descendentes de africanos eram pessoas muito tristes, pois as imagens ilustradas nos livros refletiam isto, e, apenas exaltavam que a princesa Isabel com a Lei Áurea “deu” a total liberdade para esse povo e enxugou às suas lágrimas, deixando-os livres e isento de qualquer e todo sofrimento, entre outros pensamentos estereotipados que aprendemos na escola antes da execução dessa Lei, que modificou a legislação e a compreensão desse tipo de leitura.

Os africanos entraram no Brasil como escravos, criando então uma barreira enorme de pré-conceito em relação à pessoa negra. Foi nesse conceito que a nossa sociedade se desenvolveu, onde os “brancos” estão acima de tudo e todos, e quem está na base é considerado como não “gente”. Quando estudamos a história da população africana aqui no país, vimos que não foi bem assim que aconteceu, os negros nunca desistiram de lutar e existiram homens e mulheres de grande renome de origens africanas que fizeram história no Brasil.

A partir do conhecimento sobre a cultura e história africana estudada e refletida na escola, poderemos combater o racismo e acabar com esse naturalismo que foi organizado por uma sociedade escravocrata, tendo o racismo como algo natural e normal, onde muitos entenderão que a cor de pele não muda a cor do sangue, e nos fará refletir sobre práticas que às vezes não nos aparenta ser racista.

Essa Lei é uma conquista de vários séculos, onde antes da sua consolidação, vários grupos vinham lutando por uma educação digna não só para a população afrodescendente, mas para todos, pois embora o Brasil seja um país mestiço e reconhecido por sua adversidade cultural, é uma nação preconceituosa, sendo necessário várias décadas de lutas, para no início do ano de 2003 aceitar e incluir no currículo escolar um conteúdo que fez parte da construção da nação brasileira. Portanto não foi fácil sancionar a Lei 10.639/03, foram muitos anos de luta para a sua aprovação.

A escola é vista como, e, acreditamos ser, um lugar estruturante de formação de cidadão, desempenhando um papel importante nessa longa jornada acadêmica que se inicia. E a Lei Federal 10.639 de 9 de janeiro de 2003, tem suma importância neste percurso, visto que o cidadão alcança e compreende o que é a cidadania, onde desde o período de colonização do Brasil a população negra vem lutando e buscando o direito de exercer a devida cidadania. Com a sua implementação, que traz a cultura africana e afro-brasileira, o aluno reconhecerá as contribuições positivas dos africanos e seus descendentes no Brasil e dessa forma ajudará o mesmo a se auto aceitar como negro, aceitando a identidade afro-brasileira, e a sociedade mudará a maneira de vê-lo. Acabando com a evasão de pessoas negras nas escolas e até mesmo na sociedade, diminuindo ou abolindo o auto índice de criminalidade (alcançado por causa da falta de oportunidades oferecidas para pessoas consideradas de cor) e homicídio com pessoas negras.

No início da colonização brasileira quem faziam a mão-de-obra eram os índios em troca os portugueses ofereciam mercadorias, prática conhecida como “escambo”. Porém viram que havia muito mais lucro trazerem os africanos escravizados, já que não precisariam dar nada em troca. Embora tenham trabalhado nos à fazeres domésticos, na mineração e entre outros, a principal característica da cultura brasileira naquela época era a agricultura, e quem faziam todo o processo de plantio, preparação do solo e colheita eram os africanos. E até mesmo quando não exerciam o trabalho na agricultura, eles após vários dias cansativos, que chegavam trabalhar 16 horas por dia, quando tinha o seu dia de folga trabalhavam em sua lavoura de subsistência, era nessa roça que eles cultivavam e vendiam os produtos,

com o dinheiro que ganhavam eles guardavam para fazer o pecúlio e comprar a alforria (MACEDO, 2013).

Esta prática de cuidar da roça para suprir a sua necessidade, é um ponto positivo que necessita ser lembrado, que o negro aqui no Brasil não era só escravo, mesmo cansado ele nunca desistiu de lutar pelo o seu ideal, tinha como fonte de sobrevivência a agricultura, pode-se até dizer familiar, prática hoje comum para o povo situado e que trabalha no campo.

A história do continente africano e afro-brasileira se mostra presente em todo o Brasil, foi construída, inserida e diluída com a cultura brasileira, temos o samba como exemplo maior, afinal embora haja muita discriminação e pré-conceito em relação a pessoa negra, o samba não é só para os de cor.

As escolas onde estudei ensinavam tantas culturas de outros países e eram tantas histórias que pareciam não ter fim, fazendo parecer que não tínhamos muito o quer ver do nosso passado ou quando estudávamos, entendíamos que se resumiam em descobrimento do Brasil, escravidão, negro muito triste e depois sua liberdade dada pela “bondosa” princesa Isabel ou até mesmo um termo dito várias vezes por um professor “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. O meu interesse por este tema, é me ver hoje como cidadã e sentir falta de não ter estudado em minha época de Ensino Fundamental e Médio sobre a cultura africana e afro-brasileira, e o desejo de que a lei 10.639/03 venha ser implementada no currículo, não só o artigo 79-B que estabelece a inclusão do dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ no calendário escolar.

Por tanto, indagamos: Como vem sendo aplicada a Lei 10.639 de 2003 na Escola Municipal de Ensino Fundamental I Dulcinete Nunes de Medeiros?

O objetivo geral e principal desse trabalho é analisar a aplicação da Lei 10.639/03 vem ocorrendo nos anos iniciais do ensino fundamental, na Escola Municipal de Ensino Fundamental I Dulcinete Nunes de Medeiros. De modo específico, a) Identificar como vem sendo trabalhado a Lei 10.639/03 na Escola Municipal Dulcinete Nunes de Medeiros; b) Observar no currículo da Escola se o tema racial vem sendo contemplado; c) Conhecer estratégias de trabalhar a Lei 10.639/03 no ambiente escolar. E a metodologia da pesquisa foi de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfico e estudo de caso. Realizada por meio de aplicação

de questionários com três professoras e uma coordenadora e análise explicativa de dados do campo de estudo.

2 HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA

Para a autora Trindade (2005) uma parcela de nossa sociedade descreve a África como se fosse um país, tendo um pré-conceito de pobreza, fome e miséria, em relação ao continente africano. Não tendo a noção que este continente é formado por 52 países, e que teve vários reinos pequenos e grandes, de suma importância para a sociedade, alguns deles muitos poderosos, entre eles temos o Egito, que ao contrário a mídia mostra, o Egito era negro, e uma nação muito poderosa cheia de riquezas e civilizações muito bem arquitetadas, outros reinos antigos de grande importância na época era o Axum a antiga Etiópia com várias pedras, a Kerma, o Cartago com suas riquezas imperiais e o reino de Kush parecido um pouco com o Egito cheio de pirâmides (MOORE, 2005).

A prática de escravizar pessoas era bem comum na África, não foi os europeus que inventaram, onde o escravo era adquirido através de batalhas, crimes, roubos, dívidas, bruxaria ou até mesmo adultério, eles eram dados como garantia de pagamentos.

Os europeus começaram a dominar a África no século XV através das grandes navegações marítimas. O que está acontecendo na África, a falta de saneamento básico em alguns países em seguida de fome, doença entre outros, se dá por causa da maneira como esse continente foi colonizado e explorado, bem parecida com a do Brasil.

Pesquisas recentes colocam o continente africano como centro da humanidade, deste modo os povos africanos tem grande importância na construção da sociedade humana, vemos as contribuições positivas em metalúrgicas, na agricultura, nos sistemas hidráulicos, em guerras para defender a pátria, buscavam e lutavam por uma sociedade igualitária, não só pra negro e brancos mas para todos. E quanto mais se pesquisa sobre essa gente, descobre-se a sua grande importância para a nossa história, que de uma certa maneira foi esquecida por razões ideológicas de uma sociedade escravocrata.

Sendo assim uma mitologia contada por essa sociedade “humana”, que reduz a pessoa negra a um ser desprezível e o seu continente, dimensionando a um povo sem cultura e história. Onde muitos entendem ou acham que conhecem a África por

causa dos europeus que trouxeram eles escravizados para o Brasil, por causa do tráfico árabe, ou seja, se resume a escravidão neste sistema colonialista europeu que escondeu e negou a história da África e fazendo com que os outros não o reconhecessem como sujeitos históricos.

Grande parte dos conteúdos expressos pelos livros didáticos, paradidáticos ou pelos materiais pedagógicos em geral ainda mantém uma visão estereotipada sobre a representação do seguimento negro ou ignora o conhecimento científico, técnico, linguístico, estético, a visão de mundo dos africanos e afro-brasileiros (SOUZA, 2005, p.4).

No ano de 1500 Pedro Álvares Cabral aportou no Brasil, terras até então desconhecidas pelos europeus, as grandes navegações marítimas teriam saído da Europa à procura das riquezas na Índia, onde segundo historiadores se perdeu encontrando um grande território e achando que estavam na Índia, por essa razão chamaram os nativos de Índios. De início os portugueses tentaram escravizar os nativos, que não deu certo, pois eles fugiam para mata e ninguém os encontravam. Então começaram a trocar a mão-de-obra indígena pelas mercadorias, eles faziam a prática conhecida por escambo (MACEDO, 2013).

Logo mais os portugueses acharam melhor o comércio escravo africano, onde não teriam que dar mercadorias em troca, foi muito lucrativo pra eles, visto que Portugal em XVII lucrou mais com esse comércio do que com o do açúcar.

No período colonial e imperial os produtos em grosso eram produzidos para servir o comércio exterior, europeu, para atender a demanda o comércio de escravos se tornou a economia brasileira, Figueiredo (2009,p.66) comenta sobre isso, quando diz:

[...] para melhor compreender o desenvolvimento do trabalho no Brasil, vamos remontar ao século XIX, época (até 1888) em que a economia se baseava na escravidão. O Brasil foi colônia até 1808, Império no período de 1808 a 1889, data em que se tornou República. Neste período, a economia brasileira estava essencialmente voltada para a produção de artigos para o mercado europeu. Desde modo, a essência da formação econômica no Brasil constitui-se para fornecer, exclusivamente ao comércio europeu: açúcar, tabaco, ouro, diamante, algodão, café. Portanto, a sociedade e a economia brasileira foram instituídas para atender a interesses predominantemente externos (FIGUEIREDO, 2009, p. 66).

Os negros eram tratados como mercadorias, sendo vendidos, trocados e até mortos, de uma forma desumana. Não se tinha nenhum respeito pela pessoa considerada de “cor”. A Igreja Católica e os países europeus já tinham determinados que eles eram seres sem almas, e podiam ser tratados como um objeto.

Segundo o IBGE (2018) a quantidade de escravos trazidos nesta época para o Brasil é preocupante, bem superior aos outros países do mesmo continente:

No continente americano, o Brasil foi o país que importou mais escravos africanos. Entre os séculos XVI e meados do XIX, vieram cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro. Uma contabilidade que não é exatamente para ser comemorada.

Em 1855 teve uma queda, por causa da proibição do tráfico internacional de escravos, com apoio dos ingleses (MACEDO, 2013). Os negros também nunca se entregaram a opressão causadas por aqueles que se diziam ser os seus senhores, eles quebravam maquinários, queimavam as grandes lavouras, faziam fugas reivindicatórias, indo pra mata e ficando vários dias lá até terem as suas reivindicações correspondidas, pode-se até dizer que foram as primeira greves brasileiras.

Para Macedo (2013), em meados do século XIX foi criada a Lei do Ventre Livre, onde crianças nascidas de mulheres escravas, a partir do ano de 1871, seriam livres. É importante lembrar que antes dessa lei as negras preferiam abortar do que trazerem ao mundo uma criança para ser escravizada. Porém os donos das mães dessas crianças não teriam nenhuma responsabilidades sobre estas e elas eram jogadas nas ruas, muitas delas morriam por não aguentar a fome e o frio, ou ficavam andando sem rumo até serem levadas para orfanatos.

Referindo-se às crianças escravas, Maria de Fátima Neves afirma que:

[...] costumeiramente, as idades da criança escrava aparecem assim escalonadas, conforme atestam alguns autores: as “crias de peito” eram os bebês até um ano de idade, enquanto as “crias de pé” eram crianças muito novas, mas que já sabiam andar. “Menino” e “menina” eram termos usados para designar as crianças até aproximadamente oito anos de idade, e “moleque” e “moleca” indicavam que a criança tinha entre treze e quatorze anos. (NEVES, 1993, p.56 – grifos da autora)².

Um ato de desumanidade, onde bebês eram jogados a sorte na rua, visto que uma criança com um ano de idade não tem a noção de cuidar de se mesma, expostos à bichos

sem ter capacidade de se proteger, como pôde haver tanta falta de compaixão para com uma gente que só pregoava amor.

Outra Lei foi a do Sexagenário, onde quem chegasse aos 65 anos ganharia a sua liberdade, coisa quase impossível pra uma pessoa alcançar seus 65 anos de idade trabalhando 16 horas por dia, com uma alimentação e higiene inadequada. Essa Lei beneficiou aos senhores, pois se existisse algum escravo que sobrevivesse, cuja estimativa era aguentar só uns 20 anos de trabalho, não teriam um velho cansado e cheio de problemas pra cuidar.

Só em 13 de maio de 1888, com a promulgação da Lei Áurea (Lei nº 3.353), sancionada pela princesa Izabel, que a escravidão foi abolida do Brasil, sendo o último país a abolir a escravatura.

Até na história da abolição da escravidão são atribuídos títulos de heróis para os abolicionistas brancos, como se o negro nunca estivesse lutado por sua liberdade.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, e a população negra ainda é a mais pobre em nosso país, precisamos refletir de como esse país foi construído nas costas da escravidão e como após a abolição se construiu sem dar nenhuma assistência de forma desumana, jogando os africanos na rua, sem nenhuma infraestrutura, pra fazer periferias, forçando a evasão dessa gente, deixando-os marginalizados, construindo uma sociedade eurocêntrica.

Na lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, tem como objetivo a inserção da história e cultura africana e afro-brasileira frisando a importância não só dos costumes, mas das histórias de guerreiros que lutavam e nunca desistiram da batalha, no ensino básico dos currículos escolares, de escolas públicas e privadas. Essa lei é um direito de todos nós brasileiros, temos o dever de saber a história da África e seus descendentes. Devemos debater sobre isto, e refletir sobre outros temas diversos. Resgatando as contribuições positivas dos africanos para a construção da nação diversificada que o Brasil é hoje. Precisamos mudar a nossa juventude.

Segundo Souza (1999), os Parâmetros Curriculares Nacionais propõe uma compreensão para os alunos de cidadania participativa, fazendo com que o mesmo tenha um olhar crítico e construtivo, conhecendo as adversidades culturais do Brasil

e respeitando as outras culturas mesmo que não venha ser de suas raízes familiares.

Os PCN permitem também ao estudante se perceber integrante e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e interações possíveis, contribuindo para melhorá-lo. Possibilitam ao aluno desenvolver a percepção de si, a confiança nas próprias capacidades e o sentido de preservação física e mental; a utilizar diferentes linguagens; a consultar diversas fontes de informação e a questionar a realidade, formulando problemas e soluções (Souza, 1999, p.8).

Os documentos vigentes da educação mostra o sujeito como parte integrante de uma sociedade, e ambos se completam, onde o mesmo passa a entender que faz parte de uma história, uma luta, porque está nas suas raízes e entende o lado bom da curiosidade, que desmistifica o preconceito do que não se conhece, passando a interagir e respeitar o próximo.

O foco das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) não é fazer com que a cultura e história afro-brasileira seja a única a ser trabalhada no currículo escolar, mas sim o pluralismo do país, seja asiática, indígena, africana, etc. o importante é reconhecer que tem uma diversidade cultural rica e que necessita ser explorada, fazendo extinto esse eurocentrismo implantado em nossas mentes.

É preciso introduzir o que condiz no artigo 26 A no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola, não só usar o dia 20 de novembro como uma data simbólica, ressaltando as contribuições positivas africanas só na semana da consciência negra.

1.1 CURRÍCULO E CULTURA

Para Santana (2006), a alteração na LDB que começou com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e, logo mais com a LEI 10.639/03, agitou a educação brasileira, pois tínhamos um currículo totalmente eurocêntrico e um preconceito africano implantado e consolidado por séculos.

[...] A África que aparece no currículo escolar soa como um lugar distante, tudo é estranho, fora das nossas entranhas. Essa África que ganha o status jurídico, no âmbito das políticas de Educação, perde a dinâmica de civilização transatlântica que há muito atravessa o nosso viver cotidiano no Brasil. Ora, se estamos dentro da dinâmica entre tradição e contemporaneidade, é preciso que se diga: a África também está aqui! (LUZ, 2006, p.14).

Seja na pele, no gingado brasileiro, na cultura e nessa força que temos de vencer, a África sempre esteve aqui, nos envolvendo, animando as nossas crianças e levantado suas cabeças, ensinando – nos a quebrar este preconceito e estes valores implantado no ensino (LUZ, 2006).

Valores de uma ciência que negou e silenciou nos currículos escolares narrativas de grupos considerados minoritários como, por exemplo, o africano e seus descendentes. Essa educação de exclusão levou os afrobrasileiros a desconhecem e negarem suas pertenças africanas (SANTANA, 2006, p.38).

A população negra sempre teve líderes que lutassem pelos direitos da igualdade social, o movimento negro, um dos mais atuantes nesta luta que já dura anos, reivindicou que houvesse a revisão dos currículos escolares e foi atendido, fazendo necessário a inserção do Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana nas DCN's. É lei, porém muitos não querem digerir, pois ter o negro, que até então, para a igreja era povo sem alma, como sujeito ativo nas contribuições positivas de nossa nação, parece uma coisa do outro mundo, é um desafio a ser enfrentado e necessário. (SANTOS, 2006).

O discente precisa se conhecer como sujeito capaz de mudar e revolucionar a sociedade e, a escola é um lugar estruturante de formação de cidadão sendo o seu papel levar a compreensão para o aluno o que é cidadania e que se ele contribuir para o meio em que vive ele pode melhorar o ambiente. Ensinando também a questionar as coisas e despertar a curiosidade para conhecer a cultura dos seus antepassados e de seus colegas também.

Centralidade da cultura: a dança, a música, a religião, a arte, os ritos, as tradições, as festas do povo negro, peculiares da ancestralidade africana, devem estar incluídos nos currículos e programas escolares, pois garantem a identidade do educando (SANTOS, 2006, p.6).

O respeito para com o outro, reconhecendo as diversidades culturais existentes neste país, devem estar presentes nos currículos do tema transversal Pluralidade Cultural e Educação (SILVA, 2005). E os conteúdos racistas não estejam presentes, mas as contribuições dos vários povos que forma esta nação e a história

desse país. Sendo considerada uma ação de discriminação racial ocultar as contribuições positivas desses grupos (CARDOSO, 2000).

A cultura africana é bem diversificada, e dá pra trabalhar o ano inteiro em praticamente todas as disciplinas da Educação infantil ao Ensino Superior. A oralidade e a língua Portuguesa falada por alguns países pode ser abordadas na disciplina de Língua Portuguesa e aproveitando a localização desses países trabalharia em Geografia. Entre outras estratégias de ensino que podem ser adotadas. No estudo de Ciências seria importante os estudos de ervas medicinais. Os valores civilizatórios em Matemática, como também o olhar africano e as suas origem introduzidas na matéria de História (SANTOS, 2006).

O que propomos, como educadores(as), é a legitimação das várias tradições africanas que constituem a formação social brasileira, nos currículos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, evitando o recalque perverso que tende a impor às nossas crianças e aos nossos jovens apenas a versão neocolonial sobre África (LUZ, 2006, p.20).

O uso de livros com personagens negros, onde fazem o papel principal é muito bom para quebrar esta barreira, mostrando que na África também existem príncipes e princesas, fazendo extinguir a evasão de alunos afrodescendentes.

A instituição escolar tem, assim, de criar mecanismos e instrumentos de uso permanente, via projeto político-pedagógico e currículo, para intervir na realidade que exclui o negro (pretos e pardos), bem como os indígenas, entre outros, do acesso aos direitos humanos fundamentais. Assim, tem de colocar, necessariamente, a diversidade étnico-racial como conteúdo escolar e dar a esse conteúdo o tratamento adequado (LOPES, 2006, p.31).

A escola é diversificada, onde atende a um público com várias etnias, e os valores, identidades dos alunos, os conhecimentos escolares e os procedimentos pedagógicos, são tudo debatidos nas discussões sobre o currículo. A implementação da Lei 10.639/2003, é o reconhecimento da importância dos africanos e afro-brasileiros no ação de cidadania. Essa lei deve ser vista como um artifício importante na busca por uma educação de qualidade e uma igualdade social (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, 2004).

2 O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE AO PRECONCEITO RACIAL

Para Fernando Henrique Cardoso (2000), ao interpretar os estudos do pensador Florestan Fernandes, o conhecimento e o estudo objetivo são as ferramentas adequadas para apagar o preconceito racial, tendo o saber como melhor remédio para este e demais assuntos, aliás os nazistas costumavam queimar livros.

Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade (MUNANGA, 2005, p.15).

Em sua obra *Racismo e Sociedade* Ben Marais vai dizer que:

Há uma relação muito próxima entre o escravidão a que foram submetidos os negros e a recusa às pessoas de cor negra... 'O estigma em relação aos negros tem sido reforçado pelos interesses econômicos e sociais que levaram os povos negros à escravidão'. Daí o negro ter se convertido em símbolo de sujeição e de inferioridade. E este conceito negativo sobre o negro foi forjado (RUIZ, 1988, p. 100).

E essa opinião formulada e imposta pelo meio, da pessoa negra como sujeito inferior, é um preconceito, pois ele regula o relacionamento das pessoas entre si, criando barreiras onde a ignorância não permite que vejamos a história e passamos a condenar um povo sem saber se quer de onde veio direito. Esta prática é definida como indisposição, julgamento prévio, negativo, que se faz das pessoas sem se quer conhecê-las (SANT'ANA, 2005).

Para Cardoso (2000), somos um país com várias etnias e culturas diversificadas, onde nossa história é marcada pela escravidão de africanos e a herança é visível que não só manifesta-se a desigualdade, porém as praticam e os ferem com ela se achando no direito de julgar pelos traços raciais. Vimos desde cedo imagens em livros escolas a imagem do negro sendo oprimido, uma educação eurocêntrica que alimentou à sociedade com o preconceito aos povos africanos, negando as suas contribuições para a construção de nossa sociedade.

Para Munanga (2005), os materiais didáticos contém os mesmos conteúdos preconceituosos em relação aos povos e culturas originárias do mundo ocidental, fazendo a reprodução do preconceito racial. E os preconceitos primitivos ainda se encontram presentes no ambiente escolar nas relações sociais entre alunos e de

alunos e professores, algumas das vezes por falta de preparo da parte do professor não sabem lidar com a situação, ou até mesmo quando o preconceito está dentro dele mesmo, faz-se vista grossa em relação ao ato de preconceito, abrindo mão da oportunidade de discutir a diversidade e mostrar aos alunos a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. O professor tem que se mostrar responsável apregoando que na diversidade não existe superioridade nem inferioridade, não sentir pena diante de um ato tão sério, e ajudar o aluno que sofreu a discriminação fazendo com que ele se sinta orgulho de admitir a dignidade dos atributos de sua diferença.

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco. (MUNANGA, 2005, p.16).

Munanga (2005) afirma que “o resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra.” Destina-se para todas as raças étnicas, especialmente para as pessoas de cor branca, que ganhou uma educação eurocêntrica, racista, afetando o seu conceito da pessoa negra. E essa cultura pertence a todos nós por que a África está aqui, nós comemos, dançamos, até nossa oralidade tem um pouco desse continente maravilhoso. Vivemos em uma constante desigualdade em nosso meio social, mas era bom sempre lembrar que essa riqueza adquirida ao longo desses anos, que faz o Brasil ser tão colorido, se dá através das contribuições dos diferentes povos que compõe nossa nação.

[...] a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados (MUNANGA, 2005, p.17).

Nessa batalha contra o preconceito racial, se faz necessário modificar o modo de pensar dos professores que entram com um papel muito importante nesta luta social, para o combate desta raiz que enraíza a discriminação racial e o racismo.

Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira (MUNANGA, 2005, p.17).

O que é pensado e dito em relação ao preconceito racial no Brasil, é que não existe, e é apregoado uma adversidade que na prática não há. Somos marcados por uma educação mediana e precisamos refletir, e “lavar” o nosso psíquico dessa sujeira toda aprendida nesses últimos anos. Na África a coletividade é muito importante, e isso precisa ser refletido, devemos unir forças e nos comprometermos com esta questão, onde poderá haver troca de saberes, conversas e até mesmo discussão. Só assim poderemos reconstruir a nossa sociedade, respeitando esta adversidade cultural, e atribuindo o reconhecimento aos diferentes povos que constitui a nossa nação.

Para Munanga (2005) “a primeira atitude corajosa que devemos tomar é a confissão de que nossa sociedade, a despeito das diferenças com outras sociedades ideologicamente apontadas como as mais racistas (por exemplo, Estados Unidos e África do Sul), é também racista”. Negamos tanto que não somos racistas que às vezes temos atitudes racistas e não conseguimos ver, pois estávamos distraídos negando o nosso próprio erro. Precisa-se admitir o quanto somos preconceituosos para então vermos aonde estamos errando, e daí programar estratégias para vencer o preconceito.

Algumas pessoas assimilam o preconceito a ignorância, fazendo pensar que basta a pessoa ser letrada e não vai ser preconceituosa, esse tipo de pensamento se dá por causa da maneira como fomos escolarizados.

Esquecem-se que o preconceito é produto das culturas humanas que, em algumas sociedades, transformou-se em arma ideológica para legitimar e justificar a dominação de uns sobre os outros. Esta maneira de relacionar o preconceito com a ignorância das pessoas põe o peso mais nos ombros dos indivíduos do que nos da sociedade. Além disso, projeta a sua superação apenas no domínio da razão, o que deixaria pensar, ao extremo, que nos países onde a educação é mais desenvolvida o racismo se tornaria um fenômeno raro (Munanga, 2005, p.18)

Conforme Munanga (2005) o Ministério da Educação e do Desporto, quando estabeleceu os PCN's, “introduzindo neles o que chamou de Temas Transversais,

busca caminhos apropriados e eficazes para lutar contra os diversos tipos de preconceitos e de comportamentos discriminatórios que prejudicam a construção de uma sociedade plural, democrática e igualitária.” Porém consentiu que os professores incrementassem os seus conteúdos, com base na experiência profissional do doente, que seriam dados aos alunos

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos adscritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto-rejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e em preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações (SILVA, 2005, p.22).

As pessoas se acham no direito de julgar outros, criam um conceito pelas vestes, o jeito e a etnia. São capazes de dar a sentença só em olhar para o sujeito e são convictos de não gostar de alguém mesmo nunca ter se relacionado com esta pessoa, sendo então um problema psicológico, pois temos que respeitar uns aos outros.

Quando uma pessoa está tão convencida de que os membros de determinado grupo são todos violentos e atrasados (ou, ao contrário, decentes, brilhantes e criativos), a ponto de não conseguir vê-los como indivíduos, e se nega a tomar conhecimento de evidências que refutam essa sua convicção, então, estamos diante de uma pessoa preconceituosa (BEATO, op. cit., p. 1).

O preconceito racial quando não é tratado de início traz consigo problemas futuros, pode evoluir para a discriminação racial ou até mesmo o racismo. E pode também leva-lo a intolerância a sociedade, uma vez que pessoas com este tipo de comportamento não suporta a presença do outro.

A escola, como parte integrante dessa sociedade que se sabe preconceituosa e discriminadora, mas que reconhece que é hora de mudar, está comprometida com essa necessidade de mudança e precisa ser um espaço de aprendizagem onde as transformações devem começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de modo consciente (LOPES, 2005, p.189).

É necessário que seja trabalhado a realidade, dialogando sempre, contextualizando, fazendo o uso de matérias e procedimentos apropriados, excluindo os antigos materiais. Que o aluno encontre a sua cidadania, e seja capaz de atuar na sociedade gerando mudanças, promovendo a igualdade e sendo

conduzido a verdadeira cidadania e democracia, procurando sempre respeitar o próximo mesmo que ele seja diferente.

Os negros, ao longo da história do Brasil, têm sido, juntamente com os índios, os mais discriminados. Essa questão deve ser abordada na escola, incluída objetivamente no currículo, de tal forma que o aluno possa identificar os casos, combatê-los, buscar resolvê-los, fazendo com que todos sejam cidadãos em igualdade de condições, a despeito das diferenças e especificidades que possam existir. (LOPES, 2005, p.187).

Por isso, entendemos que uma legislação específica para essa temática ser abordada no currículo escolar se faz necessária, assim como, a permanência de políticas para avaliação sobre a sua implementação, materiais didáticos adequados e formação específica.

3 EDUCAÇÃO DO CAMPO

Antes do Brasil ser “descoberto” pelos europeus, os povos indígenas já habitavam essas terras, e a agricultura fazia parte da subsistência da comunidade, pois eles não só coletavam, mas também cultivavam os alimentos. Bem sabemos que a ligação do ser humano com a terra não é de hoje e os saberes extraídos dessa vivência são de suma importância para a humanidade, volta e meia os cientistas fazem descobertas da terra, tendo na maioria das vezes, que participar da pesquisa diretamente, no campo fazendo parte integrante dos povos campestres.

Na África a agricultura é bastante presente, a grande maioria extrai da terra o alimento diário que é cultivado na lavoura de casa mesmo. Quando os africanos escravizados pelos europeus foram trazidos para o Brasil e mantidos aqui contra a sua vontade, trouxeram com eles esses saberes sobre a terra. Eles chegavam a trabalhar 16 horas por dia, muitos deles tinha uma lavoura de subsistência, onde cultivavam para consumo e também para arrecadar moedas e trocar por sua alforria. A sua grande maioria, até que queriam estudar, mas esse direito sempre lhes foi negado. Tinham pessoas que davam aulas escondidas para os povos negros, mas os “seus senhores” sabiam disso e o faziam trabalhar mais ainda, tornando difícil pois além de passar horas trabalhando em dura servidão, ainda cuidavam de sua roça, por esta razão desistiam de aprender a ler e escrever.

O Brasil foi se construindo ao longo do tempo numa visão eurocêntrica, tinha-se o índio visto como um “primitivo” e o negro como um ser sem alma, e esses dois povos pode-se dizer que foram as primeiras comunidades agrícolas do país, sendo visto como povos atrasados e ignorantes. Essa cultura foi se firmando ao longo dos anos e resistimos até hoje contra esta percepção que se tem dos camponeses, lutando pelos devidos reconhecimentos de valores dessa gente, e o principal, o direito a educação do campo, reconhecendo as suas histórias e culturas.

Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês. Um conceito histórico e político (KOLLING, NERY e MOLINA, 1999, p. 26).

Os povos campestres têm o direito à Educação do Campo, se familiarizando e resgatando a sua cultura, havendo troca de saberes entre docentes e discentes, sem falar que se reconhecerem neste ensino, logo a evasão de alunos nas escolas no campo vai diminuindo porque eles sentiram-se em suas próprias casas.

Como explica Bernardo Mançano Fernandes (*apud* KOLLING; CERIOLI; CALDART,2002, p.97)

Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não-lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade.

Para entendermos o que é a Escola do Campo vamos no art. 2º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo descreve que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia disponível na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, p.1)

O corpo docente da escola do campo precisa conhecer a sua comunidade, a sua história, culturas e lutas. E procurando manter um ambiente coletivo tendo a necessidade de elaborar projetos para serem trabalhados com os alunos, solucionando as possíveis desavenças vivenciadas ao longo de nossa jornada social, corroborando com os discentes em suas lutas e incentivando sempre a irem em busca de seus direitos

Para isso o professor necessita de formação continuada na área do campo, pois através deste novo olhar terá uma compreensão ampliada do sentido de história e cultura do povo do campo.

Por isso defendemos com tanta insistência a necessidade de políticas e de projetos de formação das educadoras e dos educadores do campo. Também porque sabemos que boa parte deste ideário que estamos construindo é algo novo em nossa própria cultura. E que há uma nova identidade de educador que pode ser

cultivada desde este *movimento por uma educação do campo* (apud KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 36).

Assim, se faz necessário o reconhecimento das comunidades do campo, valorizando e respeitando, as suas histórias, culturas e crenças, e inserindo-as nas práticas educativas do dia a dia da escola. Nesse sentido, o ensino sobre a história e cultura africana e afro brasileira, do mesmo modo, e, necessariamente, precisa esta no currículo da educação do campo, que possuem as marcas da miscigenação e do racismo em sua formação.

Há uma necessidade de discutimos a educação etnicorracial nas escolas do campo, quebrando essa barreira do índio como pessoa primitiva e o negro com destino traçado a viver ocupando cargos desfavorecidos, e sempre lembrar que os africanos vieram para o Brasil não por que eram seres ignorantes, mas porque foram escravizados e tinham saberes na área agrícola, industrial, astrologia cultural, etc.

Ao logo dos anos vimos que existiram afro-brasileiros de suma importância para a nossa sociedade brasileira, que tiveram contribuições na construção de nosso país, pessoas negras de autonomia, e atuavam em várias áreas, porém a sua história e cultura estavam “cravejadas” em seu coração, não esquecendo a importância e o conceito que seus ancestrais ensinou, onde quando respeitamos o planeta terra ele nos respeita e dar o seu melhor presente.

E este ensinamento precisa ser apregoado nas escolas campestres, ensinando que o sujeito do campo faz parte da história de uma nação e sua cultura, sua história, vista como superação, a qual superou e vem superando este prejulgamento que faz-se da pessoa do campo, como seres ignorantes ou até mesmo povos sem cultura. Reforçar nas escolas e em seus currículos suas contribuições positivas para a nossa sociedade, fazendo que o aluno se auto reconheça com orgulho como sujeito do campo e não pense em ocasiões futuras imigrando para o meio urbano para então fazer ou viver uma história, por que não se faz necessário pois a história já foi traçada por nossos ancestrais, os primeiros povos do campo do Brasil, os indígenas e os africanos.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Caracterização da Escola

A Escola Municipal de Ensino Fundamental I Dulcinete Nunes de Medeiros, é localizada na cidade de Pedras de fogo PB, na Rua 1° de Maio nº 51. Esse endereço é provisório pois a escola funciona em um prédio emprestado pelo o IFPB.

Figura 1 – ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL I DULCINETE NUNES DE MEDEIROS, PEDRAS DE FOGO – PB



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora no período de maio de 2018.

A escola foi fundada em 1985, pelo o prefeito da época senhor Luís Francisco de Vasconcelos, mas só veio funcionar em 1986 atendendo o público de educação Infantil nos turnos da manhã, tarde e à noite a Educação de Jovens e Adultos. Quando completou dois anos funcionando, a escola sofreu modificações, passando a atender os anos iniciais do ensino fundamental.

O nome foi em uma homenagem a moradora da cidade de Pedras de Fogo - PB, a senhorita Dulcinete Nunes de Medeiros, filha de Apolônio Cabral de Medeiros e Eliza Nunes Machado, através da Lei nº 438/84. Hoje a escola atende 423 alunos matriculados, 211 de manhã e 212 e no da tarde. A escola tem 16 professores, 1

diretora, 1 diretora adjunta, 4 supervisoras, 1 secretária, 1 digitadora, 1 auxiliar administrativo, 1 inspetora, 3 merendeira, 5 auxiliar de limpeza, e 23 espaços que são divididos em: 7 salas de aula, 6 banheiros (1 masculino, 1 feminino, 3 para os funcionários e 1 para portadores de necessidades especiais), 1 direção que ao mesmo tempo é secretária, 1 depósito, 1 cozinha, 1 almoxarifado, 1 sala dos professores, 3 salas de informática e 1 sala de recursos.

Está instituição atende a uma população oriunda de bairros da sede municipal, zona rural e até mesmo do município vizinho (Itambé-PE), atendendo a demanda da faixa etária de seis a dez anos de idade, nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), baseado na lei nº 11.274/06.

4.2 A Lei 10.639/2003 e o ambiente escolar na visão docente e da coordenação pedagógica

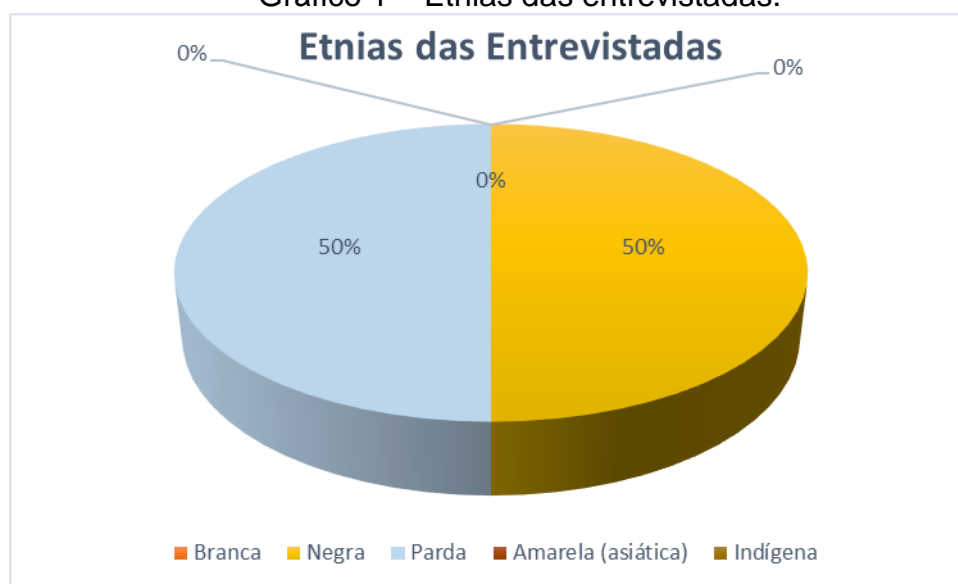
A pesquisa sobre a aplicação da Lei 10.639/03 nos anos iniciais do ensino fundamental na Escola Municipal de Ensino Fundamental I Dulcinete Nunes de Medeiros foi realizada no período 2017.2, durante o mês de maio de 2018.

Realizamos a aplicação de questionários contendo assertivas diretas e dissertativas direcionadas a três docentes e uma coordenadora. Compreendemos que as respostas corroboraram sobre a validade dessa investigação e, quando necessário, complementamos com dados que solicitamos através de observações.

Quanto ao gênero, tanto as docentes, quanto a coordenadora correspondem ao sexo feminino e todas são de procedência geográfica urbana, ainda que estejam trabalhando em uma escola de zona urbana com um público mesclado entre estudantes oriundos da zona urbana e da zona rural.

Já com relação à etnia, segue o gráfico demonstrativo da auto declaração das entrevistadas:

Gráfico 1 – Etnias das entrevistadas.



Fonte: Idem.

Como já afirmamos, estamos lidando com uma amostra de quatro pessoas, sendo três docentes e uma coordenadora, e os resultados apontam que duas se auto declararam pardas e duas negras. O que entendemos é baseado na análise de Munanga (2006), que estabelece que para efeito das políticas públicas, quem se autodeclara “pardo” tem consciência de ser um sujeito miscigenado, por vezes, pode ser considerado um afro-brasileiro.

Já com relação ao item da faixa etária os dados demonstraram que as docentes estão em faixas etárias diversificadas, sendo que: Um se encontra entre 31 e 40 anos, (Professora **A**);

Outra na faixa etária entre 41 e 50 anos (Professora **B**) e a última professora (**C**) está na faixa entre 20 e 30 anos. Sendo, portanto, a professora **C**, a mais jovem e a professora **B**, a mais experiente. E, já a coordenadora está entre os 41 e 50 anos de idade.

Quanto a Formação os dados revelaram que às professoras **A** e **B** possuem curso superior completo com especialização e a professora **C** possui apenas o superior completo e ademais à coordenadora possui superior completo com especialização. Sendo que a docente **A** é formada em história; a docente **B**, em psicopedagogia e a docente **C** é pedagoga. E a coordenadora licenciada em Pedagogia.

Ao indagarmos as questões, relacionamos logo de início uma assertiva sobre o conhecimento sobre os “aspectos da Lei 10.639/2003” nos conteúdos contemplados no ambiente escolar, quer seja, de forma disciplinar ou interdisciplinar. E, conforme o Quadro I, sistematizamos suas respostas:

Quadro 1 – Aspectos importantes da Lei 10.639/2003.

QUADRO 1 – Aspectos importantes da Lei 10639/03	
Professora A	“Ela é importantíssima, pois permite que nossos alunos passem através da inclusão da temática “História e cultura afro brasileira” a compreender suas raízes e culturas”.
Professora B	“É a Lei que estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” nas escolas”.
Professora C	“Sua grande importância, além de resgatar a cultura negra, é abrir espaço para desconstruir o preconceito racial no âmbito do espaço escolar”.
Coordenadora	“Essa Lei vem como uma importante ferramenta para que o professor trabalhe o tema com seus alunos desmistificando a ideia de negro apenas como “escravo”, ressaltando pessoas importantes na arte, na cultura e outras’.

Fonte: Idem.

As expressões “inclusão” e “cultura negra” são recorrentes nas falas das respondentes, além da própria menção ao tema “história e cultura afro-brasileira”, o que possibilita afirmar que nessas respostas fica evidente que tanto as docentes, quanto a coordenadora possuem conhecimento direcionado para a legislação etnicorracial, em especial, a Lei 10.639/03 que tornou esse ensino em caráter obrigatório.

Na sequência, indagamos sobre a inserção desse tema no Projeto Político Pedagógico da escola, como podemos observar no quadro 2:

Quadro 2 – Projeto Político Pedagógico.

QUADRO 2 – Projeto Político Pedagógico	
Professora A	“Está bem aplicada, pois está inserida nas nossas ações pedagógica e sendo executadas em sala, para a qualidade de ensino dos nossos alunos”.
Professora B	“Está sendo inserido como conteúdo que faz parte do nosso currículo educacional”.
Professora C	“Ainda não tive acesso ao PPP da escola”.
Coordenadora	“Através de atividades e vivências em sala e aula”.

Fonte: Idem.

Nessa assertiva, percebemos que as respostas foram curtas e um tanto vagas, o que nos levou a buscar uma leitura mais apurada do documento PPP da escola. E, de fato, entendemos que o PPP é muito superficial no tocante a essa temática. Apesar de mencionar a necessidade da semana da Consciência Negra, não contempla nenhuma meta e nenhum projeto direcionado para a Lei 10.639/2003. Pois, tomemos como exemplo a resposta da professora **B** “Está sendo inserido como conteúdo que faz parte do nosso currículo educacional” pode ser entendido mais como um desejo da docente, pois para está de fato no currículo deveria ser efetivado no planejamento de forma a seguir às Diretrizes Curriculares para a Educação Etnicorracial (BRASIL, 2004), que de fato estabelecem orientações para cada modalidade de ensino e formas de trabalhar o ano inteiro e não somente no mês de novembro. Outro destaque é que a professora **C** afirmou desconhecer o PPP da escola, e pode ser que tenha a ver com o fato desta docente ser contratada temporariamente, diferente das demais que são concursadas.

Por outro lado, na caminhada dessa investigação, vai se desenhando que independente de constar ou não no PPP existe um trabalho dos conteúdos etnicorraciais desenvolvidos na sala de aula, como mostra o Quadro 3:

Quadro 3 – Como é trabalhada a questão etnicorracial.

QUADRO 3 – Como é trabalhada a questão etnicorracial	
Professora A	“A partir do momento que a temática da História e Cultura Afro-brasileira foi inserida em nosso currículo, nós trabalhamos constantemente a educação etnicorracial para pregamos o respeito”. (<i>sic</i>).
Professora B	“Através de textos e histórias lidas em nossa rotina diária, produção de cartazes e trabalhos em grupos”.
Professora C	“Trabalho com leitura (contação de histórias) e com conversa informal com os alunos para que eles entendam a importância de respeitar as diferenças”.
Coordenadora	Nossa escola desenvolve trabalhos que evidenciam as diferenças do indivíduo.

Fonte: Idem.

Entendemos que as atividades desenvolvidas constituem formas de uma aprendizagem significativa no campo dos estudos etnicorraciais, uma vez que as docentes realizam diferentes práticas educativas, como: “textos”; “trabalhos em grupos”; “produção de cartazes”; “contação de histórias” entre outras menções. Vale salientar que a temática para ser mais bem ministrada com êxito no ambiente escolar se faz necessário vários desafios: livros adequados; formação docente continuada; acompanhamento de especialistas na área em forma de mediações, mas os dados demonstram que já existe uma iniciativa no ambiente escolar.

Ainda, insistimos sobre as práticas lecionadas, agora, no tocante ao ensino na infância, conforme está demonstrado no quadro 4:

Quadro 4 – Na sala de aula. Você trabalha a cultura e história Afro-brasileira direcionada para a infância.

QUADRO 4 – Na sala de aula, você trabalha a cultura e história afro-brasileira direcionada para a infância	
Professora A	“Sim, contação de histórias, exercícios de livros didáticos ou paradidáticos, filmes ou músicas, debates, rodas de conversas, textos informativos, etc.”
Professora B	“Sim, contação de histórias, exercícios de livros didáticos ou paradidáticos, filmes ou músicas.”
Professora C	“Sim, Contação de histórias”.

Fonte: Idem.

O quadro 4 apresenta um detalhamento maior quanto as atividades ministradas sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira. A principal metodologia está focada na “contação de histórias”, o que é bem adequado para o ensino na infância e por ter haver com a **oralidade**, que era um dos principais tipos de transmissão de conhecimento dos povos africanos.

Já no próximo quadro (5), abordamos sobre a especificidade da Semana da Consciência Negra:

Quadro 5 – Sobre o 20 de novembro.

QUADRO 5 – Sobre o 20 de novembro	
Professora A	“Na verdade eu trabalho o mês inteiro “O mês da consciência negra” através de um projeto de empoderamento dos cabelos crespos e cacheados dos alunos com debates, palestras, oficinas, músicas, danças, desfile, etc”
Professora B	“Com debates, roda de conversa, interpretação de textos e slide”.
Professora C	“Com contação de histórias e atividades que estão adequadas a faixa etária dos alunos”.
Coordenadora	“Na escola é trabalhado através de palestras e atividades”.

Fonte: Idem.

O quadro apresenta uma boa síntese das atividades que são elaboradas na semana da Consciência negra, com destaque para a professora **A**, que trabalha o “mês inteiro” com diferentes tipos de ações pedagógicas. E a fala da coordenadora revela essa importante atribuição da escola, que de fato está em consonância com o que está previsto no PPP da escola.

Por fim, apresentamos o quadro 6, que sistematiza as “expressões racistas presenciadas na escola”:

Quadro 6 – Se já presenciou expressões racistas na escola.

QUADRO 6 – Se já presenciou expressões racistas na escola	
Professora A	“Sim, É muito corriqueiro ouvir nas escolas brasileiras palavras ofensivas aos negros e às suas características, apelidos, xingamentos, brincadeiras pesadas, etc. Quando presencio, peço que o autor peça desculpas e em seguida tenho uma longa conversa conscientizadora com os mesmos”.
Professora B	“Não”.
Professora C	“Não”.

Fonte: Idem.

O quadro revela que apenas a professora **A** já presenciou um ambiente escolar com expressões racistas. Mas, compreendemos, que mesmo as demais docentes sem revelar que já presenciaram, não significa que nunca tenham assistido uma cena em que as expressões racistas possam ter vindo à tona. Por vezes, existe o preconceito declarado e outras vezes, o preconceito velado, “escondido”, e não é fácil identificá-lo, sem a devida formação para lidar com essa temática, pois concordamos com a professora **A** que disse ser: “[...] muito corriqueiro ouvir nas escolas brasileiras palavras ofensivas aos negros e às suas características, apelidos, xingamentos, brincadeiras pesadas, etc [...]”.

Sendo assim, os dados foram bastante reveladores, mesmo que ainda contendo algumas contradições sobre a implementação da Lei 10.639/2003.

5 CONCLUSÕES

Por meio deste trabalho foi possível notar a importância da implementação da Lei 10.639/2003, que normatiza a obrigatoriedade da inserção da História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, das escolas públicas e particulares, fazendo saber que não só será reconhecida as contribuições positivas dos africanos trazidos para o Brasil e os seu descendentes, mas possibilitar o combate a este preconceito que tem-se do negro, fazendo uma reflexão dos exercícios educacionais no campo escolar que poderão valorizar a História, a cultura e o reconhecimento como pessoa afrodescendente.

Com base nos dados coletados é notável que o campo de estudo não tem em seu PPP o currículo totalmente voltado para Educação Afro-Brasileira, necessitando de um aprimoramento, sendo inserido em suas matérias oriundas a Cultura e História Afro-brasileira, porém percebemos a preocupação do corpo docente na construção da estrutura de percepção de cidadania de seus alunos, sempre dispostos ao diálogo e, por mais que na escola a Lei não esteja totalmente implementada, busca-se encontrar ações didáticas de combater o preconceito racial.

Vimos que quando foi perguntado sobre a etnia do corpo administrativo da escola metade se auto declarou pardo e a outra negra, um resultado bastante satisfatório para a nossa pesquisa que aborda a importância da aplicação da Lei 10.639/2003 na educação básica, onde temos 100% de pessoas que se consideram afro-brasileiras. E isso nos remete a ideia do reconhecimento da África como parte de nossa história, e como sujeitos que transmite o conhecimento ou até mesmo implementa o mesmo, desperta no aluno o desejo de assumir a sua verdadeira identidade, seja ela qual for, uma vez que temos a cultura afro-brasileira como acolhedora a qual não só defende os seus ideais, mas, sim o de uma sociedade igualitária para todos e todas.

Percebeu-se, ainda, que 25% das professoras trabalham a Semana da Consciência Negra, durante o mês “inteiro” com foco nesta temática, e que essa disponibilidade se torna contagiante, o que gerou uma expectativa de que toda a comunidade escolar possa trabalhar não somente um mês, mas o ano inteiro,

incorporando a temática no PPP da escola, conforme as DCN's determinam e orientam inúmeras possibilidades de se trabalhar cotidianamente.

O campo sempre estará ligado com a história e construção do país, por que quando os europeus ancoraram os seus navios em nossas terras brasileiras os índios já eram habitantes naturais e já tinham as suas culturas e histórias que foram passadas dos mais velhos para gerações mais recentes, pode-se até dizer de modo análogo que a Educação do Campo, merece refletir o legado dos povos indígenas do mesmo jeito que aconteceu com a especificidades dos povos africanos escravizados e trazidos para o nosso território.

E que estes povos aprimoraram os seus conhecimentos, mais do que já sabiam, construíram também esse país, que hoje é uma nação tão colorida não só porque é um país tropical, mas um colorido de cultura, de gente, de cor, lindo. E as danças que a população negra, em sua diversidade, nos deu de herança, como o samba, o frevo, a capoeira, o Axé, cada uma com os seus significados que quando refletimos só são coisas boas a nos desejar.

O papel da escola não é só da instrução do aluno, mas também tem a função importante na construção da identidade social do sujeito. Concretizando uma educação Afro-Brasileira conforme os documentos nacionais vigentes, cuja informação busca o reconhecimento e valorização da História e cultura dos descendentes de africanos. E, enquanto, pedagogos e pedagogas, buscar desconstruí um currículo que ainda teime em colocar visões eurocêntricas e urbanocêntricas, que omitem o papel dos chamados povos do campo.

Buscamos afirmar e reafirmar, que a África deve ser refletida como nossa segunda casa, a África em nós, negros, índios, brancos, asiáticos e pardos. Nos orgulhando dessa nação miscigenada que somos, um país rico culturalmente onde podemos encontrar vestígios de tantas etnias pelo Brasil à fora.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Wilson Honorato; ROMÃO, Ana Paula; LIMA, Norma Maria (orgs.). **Afroeducação**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

BEATO, Joaquim. **Um novo milênio sem racismo na Igreja e na sociedade**. CENACORA, 1998.

BOLETIM. **Currículo, relações raciais e cultura afro-brasileira**. Brasil, 2006.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Território Brasileiro e Povoamento: Negro**. Disponível em: <brasil500anos.ibge.gov.br>. Acesso em 11 de abril de 2018.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em: 03/03/2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Ensino Fundamental**. Brasília: MEC. 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/merenda-escolar/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>> Acesso em: 10/04/2018.

BRASIL. **Valores afro-brasileiros na educação**. Boletim 22. Ministério da Educação/TV Escola. Brasília, 2005.

FIGUEIREDO, Maria do Amparo Caetano de. Trabalho, Desemprego e Exclusão no Brasil. In.: Richardson, Robert Jarry (org.). **Exclusão, Inclusão e Diversidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P.R.; CALDART, R.S. **Educação do campo Identidade e Políticas Públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

KOLLING, E. J.; NERY, I.; MOLINA, M. C. **Por uma educação básica do campo (memória)**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.


MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

RUIZ, M.Teresa. **Racismo algo más que discriminación**. San José, Costa Rica. Colección Análisis, 1988.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues. **Infância de faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX. 1993**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: QUESTIONÁRIO DOS COORDENADORES

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB CENTRO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I</p> <p>CURSO DE PEDAGOGIA ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO</p>
---	---

QUESTIONÁRIO

Caro **coordenador/a**, este instrumento faz parte de um processo de pesquisa e tem como objetivo coletar dados e realizar análise das informações, visando contribuir para construção do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Desde já, agradecemos a sua colaboração. Salientamos, ainda, que as informações aqui prestadas não serão reveladas para outro fim, que não seja, o da pesquisa científica e que o seu nome não será revelado, conforma a norma ética 136, da legislação vigente do Conselho de Ética, de nossa instituição.

1ª PARTE – PERFIL DO COORDENADOR/A

GÊNERO

Sexo () Masculino () Feminino

PROCEDÊNCIA GEOGRÁFICA

Origem () Urbana () Rural/Camponesa

RAÇA/ETNIA

() Branca () Negra () Parda () Amarela (asiática) () Indígena

FAIXA ETÁRIA

() Menos de 20 anos () Entre 31 e 40 anos

() Entre 20 e 30 anos () Entre 41 e 55 anos

() Mais de 55 anos

QUAL A SUA FORMAÇÃO ESCOLAR?

- () Médio incompleto () Superior completo com especialização.
() Médio completo () Superior completo com mestrado.
() Superior em andamento () Superior completo com doutorado.
() Superior completo () Outro

**SE ESTÁ CURSANDO OU JÁ CONCLUIU UM CURSO SUPERIOR.
RESPONDA:**

QUAL(IS) CURSO(S) TERMINOU OU ESTÁ TERMINANDO_____

JÁ ATUOU NA DOCÊNCIA

- () SIM () NÃO

Se sim, quanto tempo/experiência em anos de atividade docente você possui:

HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ TRABALHA COMO COORDENADOR/A?

- () Menos de um ano () Entre seis anos e dez anos
() Entre um ano e cinco anos () Mais de dez anos

2ª Parte - QUESTÕES SOBRE A PESQUISA:

1. É trabalhado o tema “racismo” na escola?

- () Sim () Não

2. Você conhece a Lei nº 10.639?

- () Sim () Não

3. Se sim, fale um pouco sobre os aspectos e importância dessa Lei:

4. Como vem sendo inserida a história e cultura africana e afro brasileira no PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola?

5. Como é trabalhada a educação etnicorracial?

6. Nos livros didáticos da escola, você já viu alguma imagem que reproduza o racismo?

() Sim () Não

7. Em relação ao dia 20 de novembro, como é trabalhado esse dia na escola?

8. Você já presenciou expressões racistas na escola?

() Sim () Não

9. Se sim, conte como foi e o que você fez:

Termo de Consentimento Informado

Eu, _____

RG _____, concordo em participar da pesquisa intitulada **A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NO ENSINO FUNDAMENTAL I: CONHECENDO A CULTURA ETNICO RACIAL NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTA I DULCINETE NUNES DE MEDEIROS**, parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna de Pedagogia/Educação do Campo, **ALINE LORENA GONÇALVES DE MENDONÇA**. Como depoente, autorizo o uso dos dados do questionário escrito.

Assinatura do (a) participante

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO DOS DOCENTES

QUESTIONÁRIO DOS DOCENTES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
5.1.1.1 CURSO DE PEDAGOGIA
ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

QUESTIONÁRIO

Caro **professor/a**, este instrumento faz parte de um processo de pesquisa e tem como objetivo coletar dados e realizar análise das informações, visando contribuir para construção do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Desde já, agradecemos a sua colaboração. Salientamos, ainda, que as informações aqui prestadas não serão reveladas para outro fim, que não seja, o da pesquisa científica e que o seu nome não será revelado, conforme a norma ética 136, da legislação vigente do Conselho de Ética, de nossa instituição.

1ª PARTE – PERFIL DO DOCENTE

GÊNERO

Sexo () Masculino () Feminino

PROCEDÊNCIA GEOGRÁFICA

Origem () Urbana () Rural/Camponesa

RAÇA/ETNIA

() Branca () Negra () Parda () Amarela (asiática) () Indígena

FAIXA ETÁRIA

() Menos de 20 anos () Entre 31 e 40 anos

- Entre 20 e 30 anos Entre 41 e 55 anos
 Mais de 55 anos

QUAL A SUA FORMAÇÃO ESCOLAR?

- Médio incompleto Superior completo com especialização.
 Médio completo Superior completo com mestrado.
 Superior em andamento Superior completo com doutorado.
 Superior completo Outro

SE ESTÁ CURSANDO OU JÁ CONCLUIU UM CURSO SUPERIOR.

RESPONDA:

QUAL(IS) CURSO(S) TERMINOU OU ESTÁ TERMINANDO: _____

QUANTO TEMPO/EXPERIÊNCIA EM ANOS DE ATIVIDADE DOCENTE VOCÊ POSSUI: _____

2ª Parte - QUESTÕES SOBRE A PESQUISA:

10. Você trabalha com o tema “racismo” na sala de aula?

- Sim Não

11. Você conhece a Lei nº 10.639?

- Sim Não

12. Se sim, fale um pouco sobre os aspectos e importância dessa Lei:

13. Como vem sendo inserida a história e cultura africana e afro brasileira no PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola?

14. Como você trabalha a educação etnicorracial?

15. Nos livros didáticos da escola, você já viu alguma imagem que reproduza o racismo?

() Sim () Não

16. Na sala de aula, você trabalha a cultura e história africana e afro brasileira direcionada para a infância?

() Sim () Não

17. Se sim, como você trabalha?

() Contação de histórias

() Exercícios de livros didáticos ou paradidáticos

() Brinquedoteca com bonecas de diversas etnias, inclusive, negras

() Filmes e/ou músicas

() Outras formas.

Quais? _____

18. Em relação ao dia 20 de novembro, como você trabalha esse dia?

19. Você já presenciou expressões racistas na escola?

() Sim () Não

20. Se sim, conte como foi e o que você fez:

Termo de Consentimento Informado

Eu, _____

RG _____, concordo em participar da pesquisa intitulada **A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NO ENSINO FUNDAMENTAL I: CONHECENDO A CULTURA ETNICO RACIAL NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL I DULCINETE NUNES DE MEDEIROS**, parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna de Pedagogia/Educação do Campo, **ALINE LORENA GONÇALVES DE MENDONÇA**. Como depoente, autorizo o uso dos dados do questionário escrito.

Assinatura do (a) participante